



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia

**ANÁLISE CRÍTICA DO AUXÍLIO-CRECHE OFERTADO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MARANHÃO (UFMA) PARA O ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS ALUNAS-MÃES E
ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO.**

BRENDA VANESSA PEREIRA SOARES¹

MARLY DE JESUS SÁ DIAS²

RESUMO

Objetiva analisar se e de que forma a assistência estudantil da UFMA tem garantido o direito social à educação das estudantes mães e alunas de graduação. A metodologia conta com aporte teórico e entrevistas semiestruturadas. Resultados revelaram que o auxílio-creche é importante, mas ainda com lacunas. E ainda, que conciliar maternagem e a carreira acadêmica e profissional segue sendo um desafio.

Palavras-chave: assistência estudantil; auxílio-creche; maternagens; mulheres; UFMA.

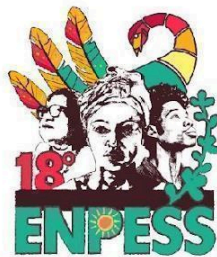
ABSTRACT

It aims to analyze whether and how UFMA's student assistance has guaranteed the social right to education of student mothers and undergraduate students. The methodology relies on theoretical support and semi-structured interviews. Results revealed that daycare assistance is important, but still has gaps. Furthermore, reconciling motherhood and an academic and professional career continues to be a challenge.

Keywords: student assistance; daycare assistance; mothering; women; UFMA.

¹ Universidade Federal do Maranhão

² Universidade Federal do Maranhão



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

1 INTRODUÇÃO

A Educação Superior no Brasil se iniciou com a chegada da Coroa Portuguesa ao país, em 1808. Controlada pelo Estado e orientada para a formação profissional e técnica, foi por grande parte de sua história um privilégio para a “elite”, excluindo assim a classe trabalhadora de forma geral e, em específico, mulheres e negros (Bortolanza, 2017; Mendes, 2019).

Com a Constituição Federal de 1988, a educação (em todos os níveis) passou a ser considerada enquanto um direito social e dever do Estado. Porém, apesar do reconhecimento legal e dos avanços conquistados, sendo o sistema educacional administrado por um Estado capitalista, o histórico da política pública em debate está marcado por desigualdades, como ocorre na particularidade da cidade de São Luís-MA:

Os dados da cidade revelam ainda uma situação preocupante no âmbito da educação: apesar de possuir um dos três maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDHM) na área educacional (0,752) (IPEA, 2016) e ter apresentado melhora na taxa de conclusão do ensino superior, esta ainda se encontra abaixo de 50%, revelando assim um índice alto de evasão e retenção na modalidade de escolarização supracitada. Assim, “a baixa taxa de conclusão do ensino superior tem consequência na quantidade de estudantes de mestrado e doutorado: São Luís é uma das piores capitais nesse quesito” (Soares, 2021, p. 23).

Quando a educação superior é analisada sob a ótica das relações sociais entre os sexos, apresenta-se uma situação ainda mais crítica. Apenas em 1827 estabeleceu-se, no Brasil, uma legislação que permitia às meninas o acesso a escolas nas séries elementares. A educação superior só lhes foi consentida no final do século XIX (precisamente no ano de 1879), 71 (setenta e um) anos após a instituição da referida modalidade de ensino no país. Atualmente, apesar da presença maciça de mulheres nas universidades federais brasileiras, as dificuldades para elas persistem, principalmente quando elas são (ou se tornam) mães durante a trajetória acadêmica, pois ainda são as mais sobrecarregadas com as responsabilidades parentais (Urpia, 2012; Soares, 2017; 2021).

Do ponto de vista da declaração de sexo, as pessoas do sexo feminino, que correspondem a 54,6% do público discente das IFES, têm os maiores percentuais entre os motivos de trancamento de matrícula para impedimento de saúde, dificuldade de aprendizagem e licença maternidade. Esta última [...] abate-se quase exclusivamente um sexo, produzindo uma vulnerabilidade específica. Enquanto as pessoas do sexo masculino destacam-se para a insatisfação com o curso, o trabalho, o impedimento financeiro e o risco de ser jubilado (Fonaprace, 2019, p. 182).

Cumprido esclarecer que assim como a educação, o amparo à maternidade também é um direito social. Garantir-las significa oportunizar as mulheres-mães outros direitos, como acesso

qualitativo ao mundo do trabalho produtivo. É também uma questão crucial para o Brasil no enfrentamento das desigualdades de classe, gênero, sexo e raça/etnia.

Nesse sentido, ganha destaque o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), que durante os anos de 2003 a 2016, realizaram governos com base no “consenso” ou “conciliação” entre as classes sociais, o que permitiu (mesmo seguindo as orientações neoliberais do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial) uma expansão do acesso à educação superior no Brasil, a partir de iniciativas como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), promulgado em 2010, através do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (Lopes; Vieira, 2014; Boito Jr, 2018; Antunes, 2018).

O PNAES (demanda histórica e bandeira de luta de diversos movimentos sociais da educação, sobretudo do movimento estudantil) tem por finalidade ampliar as condições de permanência na educação superior pública federal dos jovens em situação de “vulnerabilidade social”. Para tanto, privilegia estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. Considera-se que a AE pode contribuir também para amenizar as desigualdades entre homens e mulheres, pois em sua área VIII de atuação está a “creche”, para atendimento das necessidades de estudantes com filhos, que são em sua maioria mulheres:

Os graduandos do sexo feminino são maioria em todos os Programas de Assistência ao Estudante oferecidos pelas universidades [...]. Embora sejam a maioria absoluta na quase totalidade dos Programas, há diferenças interessantes. Graduandos do sexo feminino correspondem a 68,4% dos beneficiários do Programa Creche/ Auxílio Creche enquanto os do sexo masculino representam 31,54% do total (Fonaprace, 2014, p. 171).

Diante do exposto, o presente artigo expõe os resultados da pesquisa de dissertação de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) intitulada “QUEM ENTROU QUER FICAR: análise da assistência estudantil frente às demandas das mulheres estudantes com filhos da Universidade Federal do Maranhão” que objetivou analisar se, e de que forma, a assistência estudantil implementada pela UFMA tem garantido o direito social à educação das estudantes que são mães no transcurso da graduação.

2 METODOLOGIA

A base histórica, teórica e metodológica utilizada consistiu no materialismo histórico-dialético de Karl Marx, pois se pressupõe que este método proporciona enxergar a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

realidade social enquanto uma totalidade contraditória, histórica e dialética. Utilizou-se como categorias centrais de análise: capitalismo, patriarcado, relações sociais entre os sexos, divisão sexual do trabalho, maternidade, políticas sociais, universidade pública e assistência estudantil, que foram analisadas inferindo a “[...] crítica, a interpretação, a análise dos elementos constitutivos dessas categorias” (Dias, 2008, p. 25).

A pesquisa realizou dois movimentos distintos, porém articulados, ou seja: teoria e empiria foram utilizadas de forma conjunta, mesmo que existam momentos de predominância de uma ou de outra. Assim, o ponto de partida para a concretização do estudo diz respeito à revisão bibliográfica e documental em legislações, livros, teses, dissertações, monografias e artigos que tratam das temáticas referentes às categorias em estudo, com o objetivo de compor o arcabouço teórico bem como fundamentar as discussões dos dados encontrados. Houve ainda consulta em materiais disponibilizados nos sites oficiais da UFMA, no intuito de compreender o histórico e particularidades da política de assistência estudantil nesta universidade.

O momento empírico (ou de campo) teve caráter qualitativo, pois conforme Minayo e Sanches (1993), a investigação qualitativa trabalha com valores, opiniões, dentre outros aspectos, compreendendo-os em sua historicidade, no contexto da totalidade social concreta. Teve por referência a Cidade Universitária Dom Delgado e foram entrevistadas, via videochamadas no whatsapp (conforme a disponibilidade de cada uma), 05 (cinco) mulheres na faixa etária de 18 (dezoito) a 40 (quarenta) anos beneficiadas pelo auxílio-creche.

Para a análise das entrevistas, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, que alcançou popularidade a partir de Laurence Bardin, que objetiva analisar o que foi dito ou observado pelo pesquisador, mas sem esquecer o método crítico e dialético ao qual este estudo definiu como basilar. Assim, mais que um simples relato e ilustração das falas, buscou-se também analisar o que está para além da aparência, articulando teoria e empiria (Silva; Fossá, 2015).

Importante ressaltar que a pesquisa contou ainda com a utilização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, pelo qual as entrevistadas concordaram em compartilhar suas experiências e contribuir com a investigação, respondendo aos questionamentos organizados no roteiro da entrevista. Para a garantia do sigilo das identidades, para identificá-las utilizou-se a sigla MME (iniciais das palavras “mulher”, “mãe” e “estudantes”), seguido de um ordenamento sequencial numérico (1,2,3...).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Universidade Federal do Maranhão teve como marco inicial o ano de 1953, com a antiga Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão, iniciativa da Academia Maranhense de Letras. Em 1966, por meio da Lei n.º 5.152 de 21 de outubro do mesmo ano, o Governo Federal a instituiu enquanto universidade. Atualmente, para além da cidade de São Luís, a UFMA possui campi em outros municípios do Maranhão, a saber: Bacabal, Codó, Pinheiro, São Bernardo, Chapadinha, Grajaú, Imperatriz e Balsas.

No Estado do Maranhão, para a gestão do PNAES, a UFMA criou (após pressão do movimento estudantil) a Pró Reitoria de Assistência Estudantil (PROAES) no ano de 2014, por meio da Resolução nº 193 de 13 de fevereiro, que a firmou como um órgão auxiliar da Universidade, com finalidade propor, planejar, coordenar, executar e avaliar programas, projetos, serviços e ações que promovam assistência estudantil (AE) na instituição (Brito, 2019).

No ano de 2018, foi implementado o auxílio-creche, que consiste no pagamento de 12 (doze) parcelas no valor de R\$ 200,00 para discentes que se encontrem em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que necessitem do subsídio para custear despesas referentes à manutenção de creche ou cuidador (a) para os (as) filhos (as) de até 06 (seis) anos de idade que não tenham com quem ficar durante o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas. Inicialmente foram ofertadas 80 (oitenta) vagas, distribuídas pelos nove campi da UFMA, sendo que em São Luís o que mais contempla estudantes³.

Para a seleção destes (as) beneficiários (as), a PROAES lança 1 (um) edital por semestre, frequência interrompida durante a pandemia da Covid-19⁴, quando seria lançado o edital relacionado ao primeiro semestre de 2020. Neste sentido, entre os anos de 2018 a 2020, foram divulgados 05 (cinco) editais com o propósito de contemplar a demanda da parentalidade na Universidade. Acompanhando a tendência nacional, a maioria das contempladas pelo auxílio-creche na UFMA são mulheres (Fonaprace, 2014).

Foram entrevistadas, via videochamadas no *whatsapp* (conforme a disponibilidade de cada uma), 05 (cinco) mulheres na faixa etária de 18 (dezoito) a 40 (quarenta) anos beneficiadas pelo auxílio-creche. Todas brasileiras e a maioria se autodeclarou parda, solteira e matriculada ou egressa de cursos como Serviço Social, Teatro, Oceanografia e Biblioteconomia, possuindo apenas 01 (um) filho.

³ Principal critério para a escolha do lócus do estudo.

⁴ Situação emergencial e a nível mundial de saúde pública causada pelo vírus SARS-CoV-2.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Em relação ao perfil das mesmas, dois pontos mereceram debate aprofundado: a faixa etária “25 anos e mais” é majoritária, qualquer que seja o número de filhos (as). Todavia 60% delas afirmaram ter apenas 01 (um) filho, corroborando com os dados nacionais oferecidos pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE, no que dizem respeito à questão da parentalidade dos discentes das Instituições Federais de Ensino - IFES: 1 (um) a cada 10 (dez) discentes é pai ou mãe, e dentro deste quantitativo a maioria absoluta é do sexo feminino (68,5%) e em grande parte tem até 1(um) filho. Como justificativa, as mulheres esclareceram que à medida que cresce o número de filhos, mais difícil fica para conciliar maternidade, trabalho e estudo, uma realidade que não afeta homens-pais (Fonaprace, 2019).

O outro ponto refere-se ao estado civil: a maioria das entrevistadas se declarou solteira, o que mostrou outra condição muito comum no Brasil: a grande quantidade de mães solas existentes no país, que chega a contabilizar 11,5 milhões de mulheres, sendo que 57% delas vivem abaixo da linha da pobreza, de acordo com os dados⁵ do Instituto Locomotiva, publicados no ano de 2020. Ou seja, muitos homens não reconhecem a paternidade e mesmo os que reconhecem não assumem a responsabilidade paterna de cuidar dos filhos e/ou prover o sustento, como o pagamento de pensões alimentícias.

Deste modo, para a MME1, que no momento em que se utilizou do auxílio-creche estava desempregada, afirmou que o mesmo criou “[...] satisfação das mães durante as aulas, durante o curso por saber que teria um auxílio que ia ajudar [...] até em outras questões que estão em torno da criança, como alimentação, vestimenta”. Em igual situação estava a MME5, ainda que vendedora em uma loja, afirmou: “O auxílio-creche ajuda bastante, tendo em vista que o pai do meu filho não reside na mesma cidade. A despesa acaba sempre sendo maior pra mim”.

A conciliação de arranjos femininos para o sustento da prole não é uma realidade nova, sobretudo para as mulheres da classe trabalhadora que, inseridas ou não no mercado de trabalho formal, sempre criaram arranjos para driblar as dificuldades de ser mãe solo. Conforme afirma Fonseca (2004, p. 432), em seu capítulo de livro intitulado “Ser mulher, mãe e pobre”, integrante da obra organizada por Mary Del Priore, “História das Mulheres no Brasil”, no início do século XX no Brasil:

As mulheres ‘abandonadas’ não tinham outra alternativa senão a de trabalhar. Mas, em muitos casos, mesmo as que moravam com seus companheiros procuravam alguma forma

⁵ MÃES SOLO: 11,5 milhões de mães no Brasil não contam com auxílio dos pais de seus filhos. **G1. Globo**, Globo News, São Paulo, maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/jornal-das-dez/video/mae-solo-115-milhoes-de-maes-do-brasil-nao-contam-com-auxilio-o-dos-pais-de-seus-filhos-8544361.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2020.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de renda para escapar à miséria que representava a dependência exclusiva do salário masculino. O homem podia até ser 'trabalhador' – quem garantia que ia ter uma renda regular? Havia competição para os bons empregos. Uma vez recrutado, o homem não tinha garantia de estabilidade: como Joaquim, corria os perigos de doença ou demissão. Nem todos os homens se preocupavam com o sustento da casa [...] Os maridos, como Joaquim, acusavam suas mulheres de tê-los trocado por 'vagabundos, bêbados, e viciados no jogo', que se deixavam sustentar pela mulher, mas, na verdade, boa parte dos maridos parecia ter esses mesmos hábitos (Fonseca, 2004, p. 432).

Foi possível observar ainda que conciliar carreira profissional/acadêmica e constituir uma família ainda é o desejo de muitas mulheres, porém não é uma realidade fácil, conforme foi possível perceber na fala MME3:

"Ah, eu tenho uma bebê de 01 (um) ano e três meses, é meu amorzinho (risos) sou feliz por ela (pausa). Mas assim, como eu te falei, a vida é assim! E ainda bem que lá nessa UFMA tem esses auxílios, porque ajuda bastante...porque assim, a gente não pode também desistir dos nossos objetivos, dos sonhos da gente [...] O que eu puder fazer para encaixar tudo, conciliar tudo, o que eu puder ir fazendo eu faço, como tá sendo agora...a gente não deve também protelar o sonho da gente para mais tarde".

Uma condição que já era observada por Lucila Scavone, em pesquisa realizada com mulheres residentes na cidade de São Luís - MA na década de 1980. Para a autora:

É preciso refletir sobre o significado e o desejo da maternidade no universo estudado. Isto porque a vontade de ter filhos apareceu como um fato inquestionável e de bastante força na vida destas mulheres, apesar de todas as dificuldades materiais que enfrentam nos seus cotidianos. Este desejo é justificado por fatores circunscritos num plano mais afetivo e psicológico, em última instância ideológica, que expressos nas suas falas representam elementos importantes na determinação da própria maternidade (Scavone, 1985, p. 42).

Badinter (1985), ao teorizar a respeito da temática, afirmou que a relação entre culpa materna e a concepção dominante de maternidade, criada pelo patriarcado e reconfigurada pelo capitalismo, com o objetivo de acumulação através da divisão sexual do trabalho incute na sociedade a ideologia de que a boa mãe deve fazer sacrifícios em nome do amor pelo filho ou filha. Cumpre esclarecer que neste trabalho se entende a existência do amor materno enquanto fruto um processo construído por fatores sociais, porém, o mesmo não pode ser utilizado para responsabilizar unicamente as mulheres pelo trabalho de reprodução social, sendo que a criação de adultos preparados para o convívio social é de interesse de todos e todas, da família, do Estado e da sociedade⁶ (Scavone, 1985).

⁶ O levantamento realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) afirmou que as mulheres no Brasil gastam quatro vezes mais tempo em tarefas não-remuneradas que os homens. Assim, o Brasil tem o 17º pior desempenho do mundo no que tange à divisão sexual do trabalho. Em síntese, maternidade, culpa materna e reprodução do tripé de dominação-exploração estão lado a lado na vivência da mulher-mãe brasileira.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A rede de apoio das entrevistadas demonstrou seguir como uma iniciativa do mundo privado, de busca solitária por arranjos, ou coletiva e solidária, quando contam com outras mulheres para sua composição. Para exemplificar, está posta a fala da MME2:

“Bom, quanto a isso não posso reclamar. Quando entrei na UFMA a minha filha só tinha 05(cinco) meses e ficava com a minha irmã, só no 2º período consegui o auxílio e resolvi pagar a minha irmã pra ficar com ela, pois a mesma poderia tá trabalhando ou estudando e ficava com a minha filha sem ganhar nada. Em 2019 ela começou a estudar e eu usava o dinheiro do auxílio para pagar a escolinha e a tarde ela ficava com a minha irmã ou o pai. O auxílio me ajudou bastante, não sei o que faria se não tivesse, pois já vi muitas mães desistirem por não ter onde deixar o filho” (MME2).

Consequentemente, para tecer “considerações sobre a maternidade em grupos populares, temos, portanto, de levar em consideração também avós, criadeiras e mães de criação” (Fonseca, 2004, p. 447) como integrantes da rede de cuidadoras, uma realidade ainda presente nos dias atuais.

A escravidão e a miséria deixaram como herança séculos de instabilidade doméstica. Herdeiros de uma complexa e ao mesmo tempo frágil vida familiar, as camadas populares improvisavam até mesmo as formas de amor e de criação dos filhos. Estratégia comum às mães pobres consistia em socializar os filhos através de uma extensa rede de vizinhança e parentela. Meninos e meninas circulavam de lar em lar, de casebre em casebre, de senzala em senzala, estabelecendo relações de “parentesco espiritual”, via compadrio, ou informais, como no caso dos “filhos de criação” (Venâncio, 2004, p. 169).

Essa é uma clara demonstração de apropriação pelo capitalismo do trabalho reprodutivo desenvolvido por mulheres, conforme exemplifica Cisne (2015, p. 124):

Sem o trabalho doméstico não remunerado, o Estado capitalista teria que arcar, por exemplo, com restaurantes, lavanderias, e escolas públicas em tempo integral em grande escala, de modo a atender à massa da classe trabalhadora. Outra opção seria aumentar significativamente o salário mínimo, de tal forma que um trabalhador pudesse pagar por alguns serviços necessários à reprodução da sua força de trabalho. Ambas as alternativas implicariam em um ônus significativo que afetaria diretamente os lucros do capital.

Em síntese, a rede de apoio entre mulheres é uma realidade histórica, dada a ausência do Estado no atendimento da demanda, através da oferta de creches públicas, integrais e de qualidade a todas as crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e demais documentos subjacentes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e a Lei de Diretrizes e bases da educação nacional (LDB) de 1996. (Dias *et al.*, 2016).

Todavia, em relação ao problema central da pesquisa, que se refere à experiência com o auxílio-creche no sentido de garantir acesso, permanência ou conclusão da sua graduação, não se pode negar a contribuição que o mesmo trouxe para a vida das entrevistadas, diminuindo o risco também de evasão por conta da maternidade, aspecto unânime em todos os discursos:

“A minha experiência com o auxílio-creche [...] foi muito boa porque eu tinha me desempregado, e também era bolsista do PIBIC, então eu consegui esses dois auxílios...Consegui me manter na Universidade, pois se caso eu não tivesse o apoio dos dois auxílios, o direito dos dois auxílios, eu provavelmente teria trancado o curso ou desistido por não ter como pagar transporte, pagar novamente a pessoa que ficaria com meu filho durante os dias de aula. Então, foi muito boa a minha experiência, só foi um pouco complicado por ter sido no último ano, mas foi uma boa experiência” (MME1).

Assim, elas apontaram como sugestões para a ampliação do mesmo o aumento da oferta de vagas e a exclusão da limitação do recebimento do auxílio por filhos. Para elas, essas mudanças podem significar a uma expansão (mesmo que limitada) do atendimento ao direito e pode subsidiar a superação de outras adversidades, como rompimento do ciclo da violência doméstica e familiar.

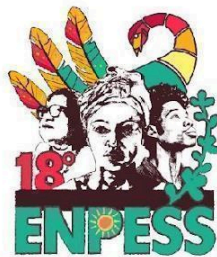
“Que pudessem ofertar mais bolsas, pois muita gente fica de fora e sei que várias mães e pais precisam. E que pudessem estender o auxílio até duas crianças por bolsistas. Às vezes a mãe acaba tendo 2 filhos ou mais de um relacionamento horrível, daí quando separa e resolve estudar, ela precisa de todo auxílio que puder receber e o auxílio-creche só é pra uma criança por bolsista” (MME2).

Ainda em relação às sugestões, o anseio das estudantes com filhos pela construção da creche universitária da UFMA não pode deixar de ser considerado: “Que o projeto da creche na UFMA de fato saísse do papel, tornando-se uma realidade, isso com certeza ajudaria muitas estudantes com filhos” (MME3). Reforçando a opinião da MME3, a MME2 afirmou categoricamente: “Desde sempre eu acredito que a UFMA já deveria dispor de uma creche para as mães que precisam deixar seus filhos lá enquanto estuda, pois, muitas pessoas não tem como deixar as crianças em algum lugar ou com quem deixar, né. Então, eu acho que uma creche dentro da própria instituição... Resolve muito essa questão de onde deixar a criança” (MME4).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revelou que a experiência da maternidade persiste sendo um dilema para a mulher que deseja seguir uma carreira acadêmica e profissional, dadas as condições impostas pela imbricação entre patriarcado, racismo e capitalismo, que se materializam a partir de elementos como a divisão sexual e racial do trabalho, ao atribuir a elas a responsabilidade de arcar sozinhas com o trabalho reprodutivo de cuidado com os filhos, quando o mesmo deveria ser compartilhado, de responsabilidade de todos, e principalmente do Estado, pois faz parte do processo de reprodução da social.

A implementação de políticas públicas de corte social como o PNAES representou, no



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

plano legal, uma grande conquista, fruto da luta histórica dos movimentos sociais, como o estudantil, de mulheres e feministas. Porém, no plano real, ou seja, na efetivação do direito conquistado, e considerando o lócus pesquisado (Cidade Universitária Dom Delgado – UFMA), foi possível observar antagonismos preocupantes em relação à área do programa pesquisada (creche): oferta insuficiente de vagas para a demanda; indefinição da nomenclatura e objetivos do auxílio, o valor abaixo do necessário para suprir com qualidade ao que se propõe, dentre outros.

Entretanto, não se pode desconsiderar que em situações de ausências materiais concretas, qualquer benefício, ainda que pequeno, possui relevância. Assim, o auxílio-creche, mesmo que permeado de contradições, segue como significativo para as estudantes-mães (aspecto unânime em todas as falas), especialmente em um contexto de múltiplas privações salariais, de direitos e acesso a bens e serviços. Contribui para que as entrevistadas possam pagar alguém ou ter acesso a um espaço filantrópico ou privado para deixar suas crias com alguma segurança.

Logo, é preciso pensar a construção de políticas públicas que atendam as demandas plurais apresentadas pelas estudantes que são mães, ou seja, construir estratégias para avançar na garantia dos direitos sociais, em uma sociedade que historicamente negligenciou as particularidades femininas e as transformou em instrumento de reprodução do capital. Todavia, não se pode perder o horizonte de superação dessa sociedade, construindo uma nova forma de sociabilização com vistas à igualdade de gênero, em que a dominação, exploração e humilhação de mulheres não sejam elementos basilares.

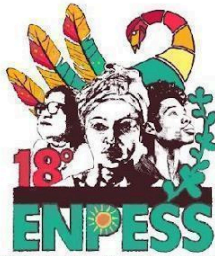
REFERÊNCIAS

ANTUNES, RICARDO. **O privilégio da servidão o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. PNAES, 2010.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BORTOLANZA. Juarez. Trajetória do ensino superior brasileiro: uma busca da origem até a atualidade. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA: universidade, desenvolvimento e futuro na sociedade do conhecimento, 17., 2017, Mar del Prata (Argentina). **Anais [...]**. Mar del Prata (Argentina): Universidad Mar del Prata: Universidade Federal de Santa



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Catarina, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/181204>. Acesso em: 15 maio. 2018.

BOITO JÚNIOR, Armando. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas, SP: Editora Unicamp; São Paulo, SP: Editora Unesp, 2018.

BRITO, Ana Henrique. **A Contrarreforma da educação superior no Brasil**: o significado da política de assistência estudantil para as discentes migrantes do Curso de Serviço Social/UFMA. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015. 152 p.

DIAS, Marly de Jesus Sá. **Feminização do trabalho no contexto da reestruturação produtiva na saúde pública**: rebatimentos no serviço social e na medicina no HUUFMA. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 14 ago. 20.

DIAS, Marly de Jesus Sá *et al.* **Creche como equipamento social “útil” às mulheres**: investigações sobre a política pública de creches em São Luís/MA. Relatório Final. São Luís, 2016.

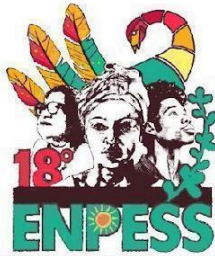
FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. *In*: DEL PIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. Coord. de textos Carla Bassanezi. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais.4. 2014. [S.l.]: Andifes, 2014. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduanso-das-IFE_S_2014.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais.5. 2019. [S.l.]: Andifes, 2019. Disponível em: <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/index.php/2019/06/21/pesquisa-traca-perfil-de-alunos-das-universidades-federais/>. Acesso em: 12 nov. 2020.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução: Fátima Murad. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

LOPES, Isabela Pereira; VIEIRA, José Jairo. “Qual a função da creche universitária?” as finalidades das unidades universitárias federais de educação infantil ontem e hoje. Fortaleza, 2014. Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

<http://www.uece.br/endipe2014/ebooks/livro3/423%20QUAL%20A%20FUN%C3%87%C3%83O%20DA%20CRECHE%20UNIVERSIT%C3%81RIA%E2%80%9D.pdf>. Acesso em: 30 maio. 2016.

MENDES, Ezenilde Rocha. **Assistência estudantil**: uma análise do processo de monitoramento e avaliação acadêmica dos bolsistas do Programa Permanência – UFMA/Campus Dom Delgado. 2019. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/2544>. Acesso em: 06 maio. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de S; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Revista Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul/set. 1993.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, Campina Grande, PB, v. 16, n. 02, p. 01-17, jan/jun. 2015.

SOARES, Brenda Vanessa Pereira. **Mulheres-mães-estudantes, assistência estudantil e creche**: um debate necessário na Universidade Federal do Maranhão - Cidade Universitária Dom Delgado. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

SOARES, Brenda Vanessa Pereira. “**QUEM ENTROU QUER FICAR**”: análise da assistência estudantil frente às demandas das mulheres estudantes com filhos da Universidade Federal do Maranhão. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

SCAVONE, Lucila. As múltiplas faces da maternidade. **Cadernos de Pesquisa**, SP, v. 54, p.37-49, 1985. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1392/1392>. Acesso em: 03 jul. 2021.

UFMA. PRO-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL. Sobre a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2014. Disponível em http://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proaes/paginas/pagina_estatica.jsf?id=448. Acesso em: 17 out. 2017.

URPIA, Ana Maria de Oliveira. **Tornar-se mãe no contexto acadêmico**: narrativas de um self participante. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/ana_maria_urpia.pdf. Acesso em: 10 maio 2017.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. *In*: DEL PIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. Coord. de textos Carla Bassanezi. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.